

---

# FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Setembro de 2020 - Nº 751

---

## SANTANDER É CONDENADO NA JUSTIÇA PELO DIREITO DE GREVE EM 100 MIL

Trata-se de ação promovida pelo Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região, visando assegurar o direito constitucional ao exercício do direito de greve aos substituídos que se encontravam impedidos a exercer tal direito, com o objetivo de condenar o banco a abster-se de utilizar-se de interditos proibitórios com o escopo de impedir o exercício do direito de greve.

Isso porque, desde o ajuizamento de um Interdito Proibitório em 2013 pelo Banco (*Processo 0001540-12.2013.5.15.0026*), foi constatado que o Reclamado abusou do direito de ação com a intenção de produzir decisões intermediárias que permitam a repressão ao movimento grevista, criando a impossibilidade de práticas inerentes ao exercício desse direito.

Aliados aos documentos anexados ao processo e a prova oral produzida, em sentença houve o reconhecimento de que os interditos proibitórios vem sendo manejado com destinação de finalidades diversas das previstas em lei (qual seja, o intuito de amedrontar os trabalhadores para obter a inibição do movimento grevista), restando caracterizado o abuso do legítimo exercício do direito de ação, circunstância que implica inequívoca violação ao disposto nos incisos I e II do artigo 14 do CPC.

Assim, a ação foi julgada procedente para

determinar que o Banco se abstenha de se utilizar de interditos proibitórios com a finalidade de impedir o exercício do direito de greve, sob pena de pagamento de multa no importe de R\$ 200.000,00 na ocorrência de abuso do direito de ação.

Outrossim, em razão do depoimento da testemunha ouvida nos autos não restou dúvida de que o Banco causou severos prejuízos à coletividade, na medida em que pretendeu fragilizar o movimento grevista por meio de ajuizamento desnecessário de interdito proibitório, alterando a verdade dos fatos, e coagindo os empregados a continuar trabalhando fora das agências, com a manutenção da mesma de produção diária, e sob a imposição do cumprimento das metas apresentadas, e por tais razões houve também a condenação do Banco em danos morais coletivos.

O valor arbitrado por danos morais coletivos foi de R\$500.000,00 a serem revertidos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, condicionada sua liberação à existência de projetos voltados ao combate ao trabalho infantil, educação e profissionalização de adolescentes. Contudo, no Egrégio Tribunal esse valor foi reduzido para R\$100.000,00.

A decisão transitou em julgado e o valor da indenização foi repassado para o Fundo Municipal.

**MANTENHA-SE INFORMADO**  
**[www.bancariosprudente.org.br](http://www.bancariosprudente.org.br)**

---

# COVID-19 REFORÇA IMPORTÂNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS

O ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes, já demonstrou, diversas vezes, seu interesse em privatizar “tudo o que for possível”. A venda do Banco do Brasil foi, inclusive, tema da famosa reunião interministerial, que teve suas imagens divulgadas por ordem judicial. Mas, a pandemia causada pelo novo coronavírus colocou os bancos públicos em evidência e mostrou o papel estratégico que eles têm para ajudar a regular a economia e fomentar o desenvolvimento do país.

Segundo dados divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo, o Banco do Brasil, por exemplo, é responsável por 36% do total de empréstimos concedidos pelo programa de apoio às micros e pequenas empresas (Pronampe), que empregam 52% dos trabalhadores com carteira assinada no país. A segunda maior carteira do Pronampe é da Caixa Econômica Federal, com 26%. O banco privado melhor posicionado é o Itaú, com apenas 16% desta carteira até 31 de agosto.

“Nós, funcionários, ficamos abismados quando ouvimos o ministro da Economia, ou o Rubem Novaes (ex-presidente do BB), afirmar que não há motivo para manter o Banco do Brasil como banco público. Uma instituição que não dá prejuízo, ao contrário, ajuda o país a pagar suas contas, e ainda dá grande contribuição para a criação de empregos, para produção agropecuária e o desenvolvimento socioeconômico de uma forma geral. O que não existe, é motivo para a privatização do banco”, disse indignado o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

## Em busca do lucro

Para o economista Sérgio Mendonça, do portal de notícias de economia RecontaAí, em momentos de crise, a tendência dos bancos privados é se retrair. “Em vez de ajudarem a dar uma boia a quem está se afogando, eles empurram para o fundo”, disse. Os economistas Monica de Bolle, da universidade Johns Hopkins, e Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, também apontam os bancos públicos como instrumento decisivo em épocas de tormenta.

## Aumento no preço dos alimentos

Segundo projeções, o agronegócio deve ser o único segmento econômico a fechar 2020 com PIB

positivo. O setor conta com grande apoio do Banco do Brasil no financiamento agropecuário. O banco possui aproximadamente 60% da carteira empresarial de crédito agrícola e 80% do montante destinado à agricultura familiar.

## Ataque aos bancos públicos

Além do BB, o governo Bolsonaro tem promovido ataques aos demais bancos públicos, como os que atingem a Caixa. Por meio da Medida Provisória 995, o governo permite a criação de subsidiárias, o que, na prática, possibilita a privatização da empresa, uma vez que o Supremo Tribunal Federal definiu que as empresas-mãe não podem ser privatizadas sem a autorização do Congresso Nacional, mas as subsidiárias sim.

“Com essa MP, o governo fatia a Caixa, fica autorizado a vender todas as subsidiárias, o que, consequentemente, enfraquecerá o banco, colocando em risco, inclusive, o seu papel social. É uma verdadeira dilapidação do patrimônio público e um prejuízo para a sociedade. Enquanto houver desigualdade, bancos como a Caixa são essenciais”, explicou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Proscholdt, que também é secretária de Cultura da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Com a privatização da Caixa, o financiamento habitacional, o incentivo ao esporte, à educação e à cultura, entre outros, correriam grande risco. “É a Caixa, também, que, juntamente com o BB, o Banco do Nordeste (do Brasil), o Basa (Banco da Amazônia) e dos demais bancos públicos, que incentivam o desenvolvimento do país de uma forma igualitária. Sem os bancos públicos não há política de infraestrutura, de saneamento, de saúde e de educação. Sem os bancos públicos não há política anticíclica para a retomada do desenvolvimento em períodos de crise econômica”, concluiu a dirigente da Contraf-CUT.



# CAIXA: GERENTES GERAIS TERÃO COMPENSAÇÃO POR SÁBADOS DE AUXÍLIO EMERGENCIAL



Os gerentes gerais de rede que trabalharam aos sábados nas agências que abriram para o pagamento do auxílio emergencial terão 10 dias de compensação. O anúncio foi feito pelo presidente da Caixa, Pedro Guimarães, por meio de um vídeo publicado na quarta-feira (23). No entanto, essa decisão é resultado da reivindicação da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) em mesa de negociação durante a Campanha Nacional.

Depois de meses de cobrança, a Caixa finalmente se manifesta com alguma compensação para os empregados que não batem ponto e estavam trabalhando aos sábados, segundo a coordenadora da Comissão e secretária de Cultura da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), Fabiana Uehara Proscholdt.

Para ela, o anúncio foi muito importante, mas ainda faltam os outros trabalhadores que também trabalham aos sábados e não registram o ponto como os superintendentes executivos de varejo, gerentes nacionais, gerentes de centralizadoras e outros. “Da forma que estava sendo feito com os gerentes, é um absurdo porque esses empregados trabalharam e não tem a contrapartida, o que chamamos de hora besta. E isso não é correto e nem direito independente da função de qualquer colega. Mas mais do que isso, o que reivindicamos é o fim do trabalho aos sábados uma vez que a jornada para todos que estão na rede é extensa e extremamente estafante”, ressaltou.

Há tempos as entidades veem recebendo queixas dos trabalhadores sobre as jornadas de trabalho extensas impostas pela Caixa. Segundo secretário de Finanças da Contraf-CUT e presidente da Federa-

ção Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sergio Takemoto, a compensação é importante para os gerentes gerais, mas aqueles que também estavam com jornadas extrapoladas têm direito. “Cada vez mais vemos que os empregados estão cansados com a jornada extenuante. Os gerentes gerais são os mais atingidos sem pagamentos de horas extras ou descanso. Mas, a Caixa precisa pagar a todos que fizeram o trabalho”, afirmou.

De acordo com Pedro Guimarães, os gerentes gerais terão até o dia 30 de junho de 2021 para utilizar os dias de compensação. Ainda segundo o presidente, haverá substituição dos gerentes durante esses dias.

Também foi anunciado que a Caixa irá fazer o pagamento da comissão dos negócios de seguros. Ainda sem data definida.

## Flexibilização

Outro comunicado foi sobre a flexibilização do horário de almoço para 30 minutos. Segundo foi informado, será antecipado para janeiro de 2021. Essa medida é fruto da Campanha Nacional e consta no Acordo Coletivo de Trabalho aprovados em assembleia pelos bancários.

“Primeiro que é um absurdo até agora a Caixa não ter repassado a comissão referente aos seguros. Sobre o intervalo, quem se deu o prazo de março de 2021 foi o próprio banco, mesmo prazo para o parcelamento de férias em até três vezes. São itens que a Caixa deveria implementar ainda este ano”, cobrou Fabiana.



## HUMOR

### Ô Maria....

Manuel está tomando banho, e grita para Maria:

– Ô Maria, me traz um xampu.

E Maria lhe entrega o xampu. Logo em seguida, ele grita novamente:

– Ô Maria, me traz outro xampu.

– Mas eu já te dei um agorinha mesmo, homem!

– É que aqui está dizendo que é para cabelos secos, e eu já molhei os meus.

# ÀS VÉSPERAS DO PIX, BANCOS TRAVAM "GUERRA DAS CHAVES" PARA GANHAR CLIENTES

A dois meses para o início do Pix - o sistema brasileiro de pagamentos instantâneos -, as instituições financeiras se movimentam para oferecer um produto seguro aos clientes. Os esforços são para que o sistema seja blindado contra fraudes e, ao mesmo tempo, ofereça aos usuários opções simples para transferências e pagamentos.

O passo mais perceptível na instalação da ferramenta será dado em 5 de outubro, quando pessoas físicas e empresas passarão a cadastrar "chaves" nos bancos para receber depósitos. Mas as instituições se anteciparam e estão promovendo um pré-cadastro nos sites e apps, no que está sendo chamado de "a guerra das chaves".

Uma chave (CPF, CNPJ, e-mail ou telefone celular) estará vinculada a uma única conta bancária. Assim, quem transferir dinheiro pelo Pix poderá informar apenas a chave do recebedor para liquidar a operação - e não necessariamente os dados bancários (nome, agência e número da conta). O passo seguinte está agendado para 16 de novembro, quando o sistema começa a funcionar de fato e será possível fazer transferências e pagamentos.

Profissionais da área de tecnologia e instituições afirmam que a movimentação que antecede a estreia do Pix é intensa. "Primeiro, as instituições estão se preparando para o Pix com campanhas de marketing, porque existe a 'guerra das chaves'", explica Carlos Netto, CEO da Matera, uma empresa que atua no desenvolvimento de tecnologia para o mercado financeiro. Esta guerra se traduz nos esforços dos grandes bancos, mas também dos menores, para que seus clientes registrem uma chave em suas instituições - e não na concorrência.

O movimento mais visível foi feito pelo banco Santander (SA:SANB11), que lançou uma campanha publicitária para o SX - o Pix do banco - com a atriz Ana Paula Arósio, há anos fora das telas. O Banco do Brasil (SA:BBAS3) oferece um tutorial em seu aplicativo e o Bradesco (SA:BBDC4) já realiza um pré-cadastro de chaves. O Itaú Unibanco também tem tratado do assunto em seus canais com o cliente.

"O Pix traz desafios ao sistema bancário por associar novos dados de identificação, como CPF, e-mail e telefone às contas correntes transacionais. Portanto, abordar o tema de segurança digital torna-se ainda mais importante", afirma Carlos Eduardo Peyser, diretor de Estratégias PME e Open Banking do Itaú Unibanco. O banco tem 250 profissionais dedicados há alguns meses ao novo sistema.

As instituições financeiras correm ainda contra o tempo para cumprir as exigências do Banco Central. Até o dia 30 de setembro, por exemplo, elas têm de passar por testes de estresse, que buscam avaliar se estão preparadas para suportar determinado volume de pagamentos por segundo.

O CEO da Dinamo Networks (que atua em segurança de identidade digital e criptografia), Marco Zanini, avalia que aplicativos de instituições maiores já possuem modelos de autenticação robustos. Isso também é verificado em várias instituições menores, como as fintechs. "Em carteiras digitais, quando o usuário abre uma conta, ele precisa digitalizar o RG, o CPF. Há ainda testes de imagem. Existe uma série de modelos de cadastro que trazem a prova de vida."

## **Prioridade**

Apesar dos pedidos de adiamento, o BC tem mantido a data de estreia do Pix. O projeto é tratado como prioridade pelo presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, que possui interesse especial pelos temas ligados à tecnologia financeira.

O BC também tem sido irredutível quanto a algumas regras. Algumas instituições sugeriam, por exemplo, que o sistema começasse permitindo transferências de menor valor que o TED, para que a estrutura fosse testada. A própria Federação Brasileira de Bancos (Febraban) vem defendendo uma implementação de "maneira faseada", considerando os riscos para a entrada em funcionamento do novo sistema.

O BC, porém, determinou que as transferências pelo Pix terão limite equivalente ao da TED. Com isso, o banco regulador busca garantir a concorrência entre produtos.